MDS Reinsurance Solutions, S.A.

Relatório de Gestão

31 de Dezembro de 2021

Índice

1.	Introdução	3
2.	Órgãos Sociais	3
3.	Enquadramento Macroeconómico	4
4.	Atividade Seguradora em Portugal	7
5.	Atividade da Sociedade	8
6.	Riscos	9
7.	Perspetivas 2022	10
8.	Aplicação dos Resultados	10
9.	Considerações Finais	10

1. Introdução

De acordo com as disposições legais e estatutárias, o presente relatório, elaborado pelo Conselho de Administração da MDS Reinsurance Solutions, S.A., pretende expor a evolução do negócio e os aspetos mais relevantes da vida da Sociedade durante o ano de 2021.

2. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

Pedro Sá

Secretário

Sílvia Lima

Conselho de Administração

João Manuel Pontes Alvadia (Presidente)
Tiago Manuel da Costa Passos Mora (Vogal)
José Diogo Carneiro de Araújo e Silva (Vogal)
Fernando Emídio Teixeira de Oliveira Brito (Vogal)
Renato Silvestre Capote da Silva (Vogal)

Fiscal Único / Revisor Oficial de Contas

Deloitte e Associados – SROC, S.A.
Representada por: Nuno Miguel dos Santos Figueiredo
Suplente: João Carlos Henriques Gomes Ferreira

3. Enquadramento Macroeconómico

Cenário mundial

À semelhança do ano anterior, 2021 ficou marcado por um elevado nível de incerteza relativamente à evolução da situação epidemiológica e às suas consequências económicas e sociais. Nas economias avançadas, o ritmo acelerado dos programas de vacinação contra a COVID-19 e a crescente inoculação das populações reduziram os níveis de mortalidade da doença, permitindo a redução das restrições à mobilidade e a retoma da atividade económica, apesar de interrompido no final do ano devido a uma nova vaga de infeções a um ritmo sem precedentes.

De forma geral, a redução das restrições em 2021, a familiarização dos agentes económicos com o contexto pandémico e a manutenção dos apoios governamentais possibilitaram a recuperação, ainda que heterogénea, ou seja, desigual entre setores, da atividade económica. A Economia Mundial [1] recuperou totalmente da maior contração do PIB real na história recente (+5,9% em 2021 vs. -3,1% em 2020), contudo, o desempenho económico revelou-se profundamente heterogéneo. As Economias Emergentes [1] terão registado uma recuperação rápida e integral dos seus níveis de atividade, com o PIB real a crescer +6,5% em 2021 depois da quebra de -2,0% em 2020. Por seu turno, o PIB real das Economias Avançadas [1] terá crescido +5,0% em 2021, encerrando o ano ligeiramente acima do valor de 2019, ainda que de forma heterogénea, nas diferentes economias que o compõem.

Na Zona Euro [2], a maioria das economias registou uma recuperação parcial e heterogénea dos níveis de atividade económica, no entanto, o desempenho económico da Zona Euro superou as expectativas iniciais, e o PIB (real) terá crescido +5,2% (vs. -6,4% em 2020). Porém, os níveis de dívida pública continuaram a avolumar-se devido à redução das receitas fiscais e ao aumento da despesa pública desde o início da pandemia. Os juros da dívida soberana mantiveram-se em níveis historicamente baixos beneficiando da política monetária expansionista seguida pelo Banco Central Europeu. 2021 ficou ainda marcado pela aprovação do Plano de Recuperação e Resiliência da Comissão Europeia, o Next Generation EU, salientando-se pela negativa a tensão entre a Ucrânia e a Rússia, e as suas consequências para o preço do gás natural e da eletricidade.

[1] IMF World Economic Outlook (Janeiro de 2022)
[2] IMF World Economic Outlook (Janeiro de 2022)

Apesar da recuperação do contexto epidemiológico e económico em 2021, a disrupção nas cadeias de distribuição, acentuada pela recuperação rápida e assimétrica do consumo de bens, juntamente com a escassez de bens intermédios, pressionaram a subida dos preços, em especial nos EUA e na Europa. Adicionalmente, a drástica subida do preço das *commodities* energéticas, particularmente do gás natural, decorrente do aumento da procura e do contexto geopolítico na Rússia e Ucrânia, assim como a maior dificuldade de contratação em alguns setores de atividade contribuíram para intensificar as pressões inflacionistas. A taxa de inflação na Europa e nos EUA acelerou rapidamente para patamares sem paralelo nas últimas décadas, mantendo-se em níveis elevados por mais tempo do que o antecipado pelos Bancos Centrais, pressionando-os a agir. Não obstante, e tendo como base o efeito temporário da inflação, a Reserva Federal Americana (FED) e o Banco Central Europeu (BCE) resistiram a subir as taxas de juro de referência em 2021. No entanto, a FED sinalizou a subida a partir de março de 2022, sendo que o BCE, depois de defender que só admitiria mexer nas taxas de juro em 2023, revisou essa posição, admitindo em fevereiro último que poderá ter de proceder a aumentos ainda este ano.

Portugal

Em Portugal, a deterioração da situação epidemiológica no início do ano de 2021, deu origem a um novo confinamento geral e a medidas fortemente restritivas para atividade económica. Porém, a redução do número de novos casos de infeção pelo SARS-CoV-2, assim como o avanço do programa de vacinação, possibilitou o levantamento gradual destas medidas a partir de maio, e a progressiva normalização das atividades económicas. Consequentemente, as condições no mercado de trabalho melhoraram significativamente, com a população empregada a superar o nível de 2019 e a taxa de desemprego no final do 3º trimestre de 2021 a atingir os 6,1% (vs. 6,5% no final de 2019), sustentando o crescimento do rendimento disponível das famílias. Também a atividade turística recuperou significativamente com o número de dormidas a duplicar face ao ano transato mas mantendo-se, contudo, distante dos referenciais pré-pandemia. Desta forma, no 3º trimestre de 2021 o PIB real encontrava-se +19% [3] acima do valor registado no 2º trimestre de 2020, período marcado pelo primeiro confinamento, embora ainda -3,2% abaixo do registado no último trimestre de 2019.

Depois do consumo privado ter colapsado em 2020 (-7,1% [4]), em 2021 apresentou um maior dinamismo, tendo recuperado parcialmente, a) em função da redução das restrições em vigor, b)

[3] INE
[4] INE

pelo aumento do emprego, c) pelos sólidos níveis de confiança dos consumidores, d) pela manutenção das condições financeiras favoráveis, e e) pelo aumento extraordinário da poupança das famílias. Em 2021, a despesa das famílias aumentou em termos homólogos em todas as principais rúbricas, inclusive as despesas em bens alimentares, que em 2020 tinham já crescido +6.4% [4] face a 2019, continuando a beneficiar, em 2021, da transferência de despesas que antes da pandemia eram tendencialmente destinadas à restauração e hotelaria.

No retalho [5], as vendas aumentaram +6,9% em 2021 (vs. -4,9% em 2020), em termos nominais, em resultado crescimento das vendas tanto dos Produtos alimentares e não alimentares. Em 2021, as vendas de Produtos não-alimentares cresceram +8,4% em termos homólogos (-10,4% em 2020).

As pressões inflacionistas também se fizeram sentir na economia portuguesa, embora de uma forma menos acentuada do que na generalidade dos países europeus. Depois de um crescimento residual da inflação durante a primeira metade do ano, esta acelerou rapidamente a partir de julho na sequência do drástico aumento do preço da energia, atingindo os +2,8% [6] em dezembro e perfazendo um aumento homólogo de +0,9% [6] no conjunto do ano de 2021. Relativamente aos bens alimentares e bebidas não alcoólicas, em dezembro de 2021 o nível de preços aumentou +2,9% [7], apesar de, no total do ano, o aumento ter sido de +0,7%. A evolução da inflação e o seu impacto na economia global e nacional permanece uma das principais incógnitas para 2022, apesar do BCE insistir que a inflação na Zona Euro continua ancorada e sob controlo, tendo admitido em fevereiro último que o seu caracter temporário poderá ser mais prolongado, e, sinalizou que poderá proceder a aumentos da taxa de juro de referência ainda durante o ano de 2022, ao contrário do que defendia até então.

África

De acordo com o Outlook do FMI (abril 2022), a recuperação económica na África Subsariana surpreendeu em alta no segundo semestre de 2021 o que levou a uma revisão significativa em sentido ascendente do crescimento estimado no ano passado, de +3,7% para +4,5%. Entretanto, essa perspetiva positiva foi comprometida, já que o choque económico mundial decorrente da invasão da Ucrânia pela Rússia está também a atingir a região.

[5] Eurostat (dados disponíveis para os 12 meses do ano)
[6] Eurostat
[7] INE

Por este motivo, o dinamismo de crescimento da região perdeu força. A atividade económica deverá crescer +3,8% este ano, limitada por perspetivas de crescimento mais fracas nos países importadores de petróleo. Angola cresceu +0,7% em 2021, invertendo um período de recessão de cinco anos. O país não pôde tirar pleno partido dos elevados preços do petróleo devido a problemas técnicos recorrentes e ao baixo investimento alocado à produção de petróleo. Espera-se que o crescimento acelere para +3,0% no ano de 2022, sendo os setores não petrolíferos (agricultura, construção e transportes) os principais impulsionadores do crescimento. No médio prazo, o crescimento poderá ascender gradualmente a +4,0%, devido sobretudo aos preços do petróleo elevados e ao forte desempenho dos outros setores.

A economia Moçambicana cresceu +2,2% em 2021 e prevê-se que aumente ainda o crescimento no ano de 2022 para +3,8%, em linha com o previsto para a região. No entanto, a guerra na Ucrânia poderá impactar este crescimento através de preços ainda mais elevados dos produtos alimentares, em especial do trigo, um importante alimento de base em Moçambique.

4 Atividade Seguradora em Portugal

Em 2020 a produção total de seguro direto foi de 13,345 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 34,1% face a 2020.
O ramo Vida, inverteu a tendência negativa dos anos anteriores e registou um aumento de 68,5%. Nos ramos Não Vida verificou-se um aumento da produção em 4,7%, atingindo em 2021 cerca de 5,619 mil milhões de euros, o que se traduz num crescimento de 4,7% em comparação com o ano anterior. Com exceção do ramo Aéreo que teve um decréscimo, todos os outros ramos registaram um aumento, destacando-se os ramos de Acidentes e Doença (7,6%) e Incêndio e Outros Danos (5,7%).

Produção de seguro direto em Portugal (Valores em € milhões):

	Ano 2021	Ano 2020
Ramo Vida	7.726.404	4.585.346
Ramos Não Vida	5.619.021	5.365.574
TOTAL	13.345.425	9.950.920

Fonte: ASF

5 Atividade da Sociedade

Similar a 2020, durante o ano de 2021 a pandemia e as medidas de "*lockdown*", tiveram um impacto negativo na implementação da estratégia de desenvolvimento do negócio, assente numa proximidade entre parceiros de negócio (Cedentes e Resseguradores).

Por outro lado, o contexto macroeconómico instável, atrasou a execução de grandes projetos, com impacto negativo nos negócios de resseguro.

Acresce também referir que a alteração da data de vencimento de alguns negócios que a Sociedade tem em carteira contribuiu para que alguma receita normalmente contabilizada em 2021, tivesse que transitar para 2022.

O ano de 2021 manteve a tendência de 2020 ao nível do negócio proveniente de seguradoras africanas, tendo registado um ligeiro crescimento, nas geografias de Angola e Moçambique.
No que diz a novos parceiros de negócios, em 2021 a MDS RS alargou o seu leque de negócios a cerca de 10 novos resseguradores.

Dito isto e apesar do referido contexto macroeconómico adverso, a performance da Sociedade em 2020 foi muito positiva, registando um aumento de 28,6% da receita face a 2019.

Resultados

Descrição	2021	2020	Variação
Serviços prestados	1.094.231	1.325.949	-17.48%
Fornecimentos e serviços externos	-179.159	-173.817	3.07%
Gastos com pessoal	-517.418	-523.371	-1,14%
Outros rendimentos e gastos	5.966	-8.982	n.a.
Resultado antes de impostos	**403.620**	**619.779**	-34.88%
Imposto sobre rendimento do período	-95.651	-162.101	-40.99%
Resultado líquido do período	**307.969**	**457.678**	-32.71%

Unid: €

O resultado líquido da Sociedade apresentou um decréscimo de 149.709 euros, ou seja, menos 32,71%, em relação a 2020, que se deveu a uma diminuição da receita em 231.718 euros (17,48%). No lado das despesas manteve-se praticamente inalterado (+611€ comparado com o exercício anterior).

Na rúbrica gastos com pessoal verificou-se uma redução de 1,14% mantendo-se o número de 5 colaboradores.

O valor da rubrica "outros rendimentos e gastos" refere-se a juros, diferenças de câmbio e depreciações dos ativos fixos tangíveis. A variação face ao ano transato, resulta, essencialmente de ganhos cambiais.

Indicadores

Descrição	2021	2020	Variação
Resultado Líquido	307.969	457.678	93,7%
Capital Próprio	1.684.453	1.592.484	40,3%
Ativo Líquido Total	8.096.211	4.461.671	119,8%
Resultado Líquido / Vendas	28,11%	34,5%	11,6%
Resultado Líquido / Ativo Líquido Total	3,8%	10,26%	-1,3%
Resultado Líquido / Capital Próprio	18,28%	28,74%	-0,1%

Unid: €

6 Riscos

A Sociedade, dedica particular enfoque a adequados mecanismos de governação, de modo a assegurar que os mesmos são apropriados à dimensão, natureza e complexidade da sua atividade.

Assim, as políticas e práticas ligadas à gestão de risco e a estratégia para assegurar a continuidade do negócio, têm merecido, por parte do órgão de Administração, particular atenção, visando garantir a manutenção e o desenvolvimento prudente da empresa e das suas responsabilidades.

Decorrente da especificidade do negócio, a Administração considera existirem, como em qualquer atividade, alguns riscos que procura mitigar com procedimentos de monitorização da sua atividade.

Operacionalmente, existe o risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, sistemas ou eventos externos. Ao nível da concentração das atividades em parceiros específicos, também existe alguma exposição à volatilidade. No que respeita à área financeira, a Administração considera que os riscos de liquidez e mercado são reduzidos, dada a natureza da atividade (intermediação) e à baixa exposição de investimentos com risco (principalmente detém aplicações em depósitos à ordem e a prazo).

A Sociedade procura efetuar uma escolha criteriosa de parceiros e, na maior parte destes, com experiência comprovada (tentando dessa forma reduzir quaisquer riscos de crédito associados).

7 Perspetivas 2022

Para o ano de 2022, e apesar do cenário de incerteza nos planos económico e financeiro, prevê-se um resultado superior ao de 2021, com a continuação da consolidação estratégica da Sociedade, nos mercados onde está presente. Neste quadro, a garantia da qualidade dos serviços prestados pela Sociedade continuará a ser uma prioridade.

8 Aplicação dos Resultados

No exercício de 2021, a MDS RS obteve um Resultado Líquido positivo de 307.968,90 euros (trezentos e sete mil novecentos e sessenta e oito euros e noventa cêntimos). Nos termos legais e estatutários aplicáveis, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido seja transferido na sua totalidade para Resultados Transitados.

9 Considerações Finais

A MDS RS, agradece o apoio dos clientes, que veem na Sociedade o seu parceiro de negócio, dos colaboradores e de todos aqueles que de forma empenhada e cooperante contribuem diariamente para a concretização dos objetivos definidos.

Agradece igualmente o apoio dos seus acionistas, pelo suporte, investimento e confiança demonstrada no futuro, bem como da Assembleia Geral e Fiscal Único pela respetiva disponibilidade e dedicação em cada momento.

Lisboa, 11 de Maio de 2022

O Conselho de Administração

MDS Reinsurance Solutions, S.A.

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 - 3º - 4100-130 Porto
Capital Social 180.000 euros
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e identificação 502 981 458

Relatório e Contas
31 de dezembro de 2021

MDS Reinsurance Solutions, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	6	282.20	568.90
Outros Investimentos Financeiros		-	1,345.25
		282.20	1,914.15
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	7 e 5	939,720.12	785,036.28
Estado e outros entes públicos	13	28,850.76	-
Acionistas	5 e 8	600,000.00	-
Outras contas a receber	5 e 9	1,048,836.58	-
Diferimentos	10	5,199.48	37,389.10
Caixa e equivalentes de caixa	4 e 5	5,473,321.42	3,637,331.88
Total de ativos correntes		8,095,928.36	4,459,757.26
TOTAL DO ATIVO		8,096,210.56	4,461,671.41
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	11	180,000.00	180,000.00
Reservas Legais	11	36,000.00	36,000.00
Outras Reservas		1,160,484.02	918,805.65
Resultado líquido do exercício		307,968.90	457,678.37
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1,684,452.92	1,592,484.02
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	5 e 12	4,085.71	2,641,068.03
Estado e outros entes públicos	13	18,178.55	116,526.89
Outras contas a pagar	5 e 14	6,375,751.75	111,592.47
Diferimentos	10	13,741.63	-
Total de passivos correntes		6,411,757.64	2,869,187.39
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		8,096,210.56	4,461,671.41

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Isabel Passos Breia

O Conselho de Administração

MDS Reinsurance Solutions, SA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020
Vendas e prestações de serviços	16	1,094,231.06	1,325,949.33
Fornecimentos e serviços externos	17	(179,159.34)	(173,817.23)
Gastos com o pessoal	18	(517,418.32)	(523,370.98)
Outros rendimentos e ganhos	19	3,737.83	178.55
Outros gastos e perdas	20	(4,564.81)	(11,300.83)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		396,826.42	617,638.84
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(286.70)	(342.72)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		396,539.72	617,296.12
Juros e rendimentos similares obtidos	21	7,099.03	2,483.28
Juros e gastos similares suportados	22	(18.62)	-
Resultado antes de impostos		403,620.13	619,779.40
Imposto sobre o rendimento	23	(95,651.23)	(162,101.03)
Resultado líquido individual do exercício		307,968.90	457,678.37
Resultados por acção (básico e diluído)		8.555	12.713

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Isabel Passos Barb

O Conselho de Administração

MDS Reinsurance Solutions, SA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital social	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado liquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2020		180,000.00	36,000.00	682,536.17	-	236,269.48	1,134,805.65
Aplicação do resultado do exercicio	12	-	-	236,269.48		(236,269.48)	-
Prestações Suplementares	12		-	-	-	-	-
Resultado Líquido do exercício		-	-	-	-	457,678.37	457,678.37
Saldo em 31 de Dezembro de 2020		180,000.00	36,000.00	918,805.65	-	457,678.37	1,592,484.02
Saldo em 1 de Janeiro de 2021		180,000.00	36,000.00	918,805.65	-	457,678.37	1,592,484.02
							-
Aplicação do resultado do exercicio	12	-		241,678.37	216,000.00	(457,678.37)	-
Distribuição de dividendos					(216,000.00)		(216,000.00)
Resultado Líquido do exercício		-	-	-	-	307,968.90	307,968.90
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		180,000.00	36,000.00	1,160,484.02	-	307,968.90	1,684,452.92

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Isabel Passos

O Conselho de Administração

MDS Reinsurance Solutions , SA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		5,812,826.61	2,800,110.04
Pagamentos a fornecedores		(2,245,710.41)	-
Pagamentos ao pessoal		(521,723.31)	(523,338.28)
Fluxos gerados pelas operações		3,045,392.89	2,276,771.76
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(218,020.74)	(122,889.60)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(175,363.63)	(211,959.48)
Fluxos das atividades operacionais (1)		2,652,008.52	1,941,922.68
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	9,933.10
Empréstimos concedidos		-	615,000.00
		-	624,933.10
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos concedidos		(600,000.00)	-
		(600,000.00)	-
Fluxos das atividades de investimento (2)		(600,000.00)	624,933.10
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(19.02)	-
Dividendos		(216,000.00)	-
		(216,019.02)	-
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(216,019.02)	-
Variação de caixa e seus equivalentes (4) =(1)+(2)+(3)		1,835,989.50	2,566,855.78
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	3,637,331.88	1,070,476.10
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	5,473,321.38	3,637,331.88

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Isabel Fasso

O Conselho de Administração

MDS Reinsurance Solutions, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(*Montantes expressos em Euros*)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS Reinsurance Solutions, S.A.("Sociedade") tem sede na Avenida da Boavista, 1277/81 – 3º, Porto e foi constituída em 15 de abril de 1993, com o objeto social de a angariação e colocação de resseguros.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido – Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

A partir de 26 de junho de 2017, a MDS SGPS, SA passou a ser formalmente e em substância uma *joint venture* detida 50% pela IPLF Holding SA e 50% pela Sonae SGPS, SA através das suas participadas Sonae Investimentos SGPS, SA e pela Sonae Investments BV.

Por outro lado, a participação de 50% no capital social e direitos de voto da MDS SGPS, SA detida anteriormente respetivamente em 47,52% pela Sonae Investimentos SGPS, S.A. (atual Sonae MC, SGPS, S.A.) e em 2,48% pela Sonae Investments BV, ambas sociedades totalmente dominadas pela Sonae SGPS, SA, passou a ser detida integralmente pela SFS, Gestão e Consultoria, SA, sociedade controlada pela Sonae SGPS, S.A.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Sociedade opera.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, nomeadamente o apoio atual e futuro do seu acionista, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Sociedade espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (se aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Tipo de bem	Anos
Equipamento administrativo	3

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o

valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expetativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5 Instrumentos financeiros

A MDS Reinsurance Solutions classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 5.

a) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

b) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

f) Imparidade

Os ativos financeiros, exceto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar da existência de indícios de perdas de imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expetável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do ativo.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos, sempre que identificados indícios de imparidade, nomeadamente em resultado da distribuição de dividendos por parte daquelas participadas.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a ativos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do ativo é reconhecido em capitais próprios.

3.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Sociedade de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como ganho ou perda do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício a que respeitam.

Sendo uma entidade especializada no desenvolvimento e negociação de soluções de corretagem de resseguro, e exercendo a sua atividade, em Portugal e em África, o seu objetivo estratégico passa por tornar-se broker de resseguro de referência nestes mercados, com base numa equipa especializada de

trabalho e na oferta das melhores soluções disponíveis a cada momento, com vista a garantir uma adequada mitigação dos riscos.

O rédito é reconhecido quando o mesmo possa ser estimado com fiabilidade, exista benefício económico e a partir do momento em que os riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos Acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes, são registados os ganhos e perdas imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.9 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.10 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Numerário	1,320.84	1,008.79
Depósitos bancários	5,472,000.58	3,636,323.09
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	5,473,321.42	3,637,331.88
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	5,473,321.42	3,637,331.88

Na rubrica de "Recebimentos de clientes "da demonstração de fluxos de caixa, são registados os valores recebidos e pagos às companhias de seguros do negócio resseguro. Na rubrica de "Pagamentos a fornecedores" da demonstração de fluxos de caixa, são registados os valores relacionados com aquisição de serviços necessários à atividade normal da sociedade.

5 Classes de instrumentos financeiros

As políticas contabilísticas apresentadas na Nota 3.5 foram aplicadas de acordo com as classes abaixo apresentadas:

Ativos Financeiros

		31.dezembro.2021		31.dezembro.2020	
	Nota	Empréstimos e contas a receber	Total	Empréstimos e contas a receber	Total
Ativos correntes					
Clientes	7	939,720.12	939,720.12	785,036.28	785,036.28
Acionistas	8	600,000.00	600,000.00	-	-
Outras contas a receber	9	1,048,836.58	1,048,836.58	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	4	5,473,321.42	5,473,321.42	3,637,331.88	3,637,331.88
		8,061,878.12	8,061,878.12	4,422,368.16	4,422,368.16
		8,061,878.12	8,061,878.12	4,422,368.16	4,422,368.16

Passivos Financeiros

		31.dezembro.2021		31.dezembro.2020	
Passivos correntes					
Fornecedores	12	4,085.71	4,085.71	2,641,068.03	2,641,068.03
Outras contas a pagar	14	6,375,751.75	6,375,751.75	111,592.47	111,592.47
		6,379,837.46	6,379,837.46	2,752,660.50	2,752,660.50
		6,379,837.46	6,379,837.46	2,752,660.50	2,752,660.50

6 Ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe e movimento associado a ativos fixos tangíveis é como se segue:

Ativo bruto	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2021	1,178.06	77,881.61	79,059.67
Saldo final a 31 de dezembro de 2021	1,178.06	77,881.61	79,059.67
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2021	1,178.06	77,312.71	78,490.77
Saldo final a 31 de dezembro de 2021	1,178.06	77,599.41	78,777.47
Valor líquido			
A 31 de dezembro de 2021	-	282.20	282.20

Ativo bruto	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020	1,178.06	77,881.61	79,059.67
Saldo final a 31 de dezembro de 2020	1,178.06	77,881.61	79,059.67
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020	1,178.06	76,969.99	78,148.05
Saldo final a 31 de dezembro de 2020	1,178.06	77,312.71	78,490.77
Valor líquido			
A 31 de dezembro de 2020	-	568.90	568.90

7 Clientes

O saldo de clientes, de 939.720,12 Euros em 31 de dezembro de 2021, respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Sociedade, sendo o seu valor contabilístico, aproximadamente, o seu justo valor. O risco de crédito sobre o presente saldo, encontra-se limitado ao montante de comissões de intermediação de operações de resseguro, na medida em que os montantes a pagar às resseguradoras (Nota 14) estão integralmente dependentes do efetivo recebimento dos clientes.

Em 31 de dezembro 2021 e 2020, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Não Vencido	787,510.61	785,036.28
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	152,209.51	-
	939,720.12	785,036.28

8 Acionistas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de Acionistas apresenta a seguinte composição:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Acionistas - Ativo Corrente		
Financiamentos concedidos	600,000.00	-
	600,000.00	-

Em 2021 a Sociedade efetuou um empréstimo no valor de 600.000 euros à MDS Africa SGPS, SA, pelo prazo de um ano, vencendo juros à taxa Euribor 3 meses acrescida de um spread anual de 1.38 e refixado trimestralmente.

9 Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe das outras contas a receber é como se segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Devedores por acréscimos de rendimentos	7,099.03	-
Outros devedores - partes relacionadas (Nota 24)	2,700.00	-
Outros devedores - Seguradoras	1,039,037.55	-
	1,048,836.58	-

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Devedores por acréscimos de rendimentos corresponde essencialmente a valores de juros.

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Outros devedores – Seguradoras" apresenta o saldo a receber das seguradoras, nos exercícios anteriores estes saldos eram considerados na rúbrica "Fornecedores", a sociedade adotou esta medida por questões de comparabilidade e coerência com as restantes empresas do Grupo MDS.

10 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe de diferimentos é como se segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Valores devedores		
Seguros	5,127.62	36,913.54
Fornecimentos e serviços externos		
Outros	71.86	475.56
	5,199.48	37,389.10
Valores credores		
Prestação de serviços	-	-
Outros	13,741.63	-
	13,741.63	-

11 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 36.000 ações ao portador com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

MDS África SGPS, SA	66.66%
Renato Silvestre Capote da Silva	16.67%
Fernando Emídio Teixeira de Oliveira Brito	16.67%

A 31 de Dezembro de 2021, o capital da sociedade MDS África, SGPS é detido em 100% pela MDS SGPS, SA.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

12 Fornecedores

O saldo de fornecedores, respetivamente de 4.085,71 Euros, em 31 de dezembro de 2021, refere-se exclusivamente a valores a pagar a fornecedores decorrentes da normal atividade da Sociedade, sendo o seu valor contabilístico, aproximadamente, o seu justo valor.

Esta rúbrica apresenta uma variação significativa face a 2020, dado que nos exercícios anteriores a rúbrica de "Fornecedores" incluía valores a pagar a Seguradoras, em 2021 esses saldos estão considerados na rubrica "Outras contas a pagar" a sociedade adotou esta medida por questões de comparabilidade e coerência com as restantes empresas do Grupo MDS.

Em 31 de dezembro 2021 e 2020, a maturidade dos saldos de fornecedores pode ser analisada como segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Não Vencido	1,011.92	2,641,068.03
Vencido		
0 - 30 dias	922.53	-
30 - 90 dias	1,211.06	-
+ 90 dias	940.20	-
	4,085.71	2,641,068.03

13 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o detalhe dos saldos com o Estado e outros entes públicos, passivo corrente, é detalhado como se segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento	28,850.76	-
	28,850.76	-
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	-	93,518.75
Imposto sobre o valor acrescentado	3,208.94	3,535.69
Retenção na fonte	9,615.00	9,522.00
Contribuições para a Segurança Social	5,352.30	9,950.45
Outros	2.31	-
	18,178.55	116,526.89

14 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o detalhe das outras contas a pagar é detalhado como se segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Outros credores - partes relacionadas (Nota 24)	10,109.02	-
Outros credores	6,273,030.48	4,305.85
Credores por acréscimos de gastos		
Pessoal	68,801.05	69,033.80
Trabalhos especializados - Auditoria	23,780.00	-
Outros	31.20	38,252.82
	6,375,751.75	111,592.47

O valor registado na rubrica de "Outros credores" no montante de 6.273.030,48 Euros em 31 de dezembro de 2021 corresponde, essencialmente, a valores a pagar às Companhias de Seguros no âmbito da normal atividade da Sociedade, cujo pagamento só ocorrerá mediante recebimento do prémio de resseguro (Nota 7).

15 Locações

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com a atividade operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
N+1	43,024.72	35,284.76
N+2	46,913.76	-
N+3	46,913.76	-
N+4	46,913.76	-
N+5	46,913.76	-
	230,679.76	35,284.76

O valor das rendas incorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, associadas a estes contratos, ascendeu a 35.530,76 euros e 32.678,16 euros, respetivamente (Nota 17).

16 Vendas e prestação de serviços

O valor das Vendas e prestação de serviços ascendeu a 1.094.231,06 euros durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (1.325.949,33 euros durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020), decorrentes da normal atividade da Empresa. Este valor respeita integralmente a comissões obtidas na atividade de resseguro (Nota 25).

17 Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o detalhe de "Fornecimentos e serviços externos" é detalhado como se segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Combustíveis e outros fluidos	8,808.25	6,928.68
Deslocações e estadas	4,757.67	7,305.06
Comissões	47,239.80	-
Comunicações	2,175.28	7,234.35
Despesas de representação	1,571.06	4,225.67
Trabalhos especializados	54,022.26	75,000.86
Contencioso e notariado	488.75	-
Rendas e alugueres (Nota 15)	35,530.76	32,678.16
Seguros	19,454.72	17,914.36
Conservação e reparação	855.83	5,517.91
Honorários	-	7,000.00
Outros	4,254.96	10,012.18
	179,159.34	173,817.23

18 Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o detalhe de "Gastos com o pessoal" é detalhado como se segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Remunerações	391,987.04	395,294.43
Encargos sobre remunerações	94,083.75	96,255.31
Seguros	30,672.53	3,776.89
Gastos com ação social	675.00	-
Outros	-	28,044.35
	517,418.32	523,370.98

Durante o exercício de 2021, o número médio de funcionários foi de 4 colaboradores.

19 Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" é detalhado como se segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Diferenças de câmbio	1,994.89	142.24
Outros	1,742.94	36.31
	3,737.83	178.55

20 Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica de "Outros gastos e perdas" é detalhado como se segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Impostos	832.20	3,131.52
Taxas	2,000.00	0.00
Diferenças de câmbio	1,076.74	5,354.11
Outros gastos	655.87	2,815.20
	4,564.81	11,300.83

21 Juros e rendimentos similares obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica de "Juros e rendimentos similares obtidos" é detalhado como se segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Juros suportados	18.62	
	18.62	-

22 Juros e gastos suportados

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica de "Juros e gastos suportados" é detalhado como se segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Juros suportados (Nota 24)	18.62	
	18.62	-

23 Imposto sobre o rendimento

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2021 e em 2020 é detalhado conforme se segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Imposto corrente	96,051.24	162,101.03
(Excesso) / insuficiência estimativa imposto	(400.01)	-
	95,651.23	162,101.03

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A reconciliação detalhada de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e de 2020 pode ser detalhada como segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Resultado antes de impostos	403,620.13	619,779.40
Benefícios fiscais		
Encargos não dedutíveis	648.84	20,015.17
Lucro / (Prejuízo) fiscal	404,268.97	639,794.57
Taxa de imposto sobre o rendimento	21.00%	21.00%
Coleta	84,896.48	134,356.86
Insuficiência/excesso estimativa imposto	(400.01)	
Derrama	6,064.03	9,639.78
Tributação autónoma	5,090.73	18,104.39
	95,651.23	162,101.03
Total do imposto sobre o rendimento do exercício	95,651.23	162,101.03

24 PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 podem ser detalhados como segue:

Transações	Juros auferidos		Compras e serviços recebidos	
	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Accionistas	7,099.03	2,483.28	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	6,769.92	4,680.00
	7,099.03	2,483.28	6,769.92	4,680.00

	Vendas e prestação de serviços	
	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Outras partes relacionadas	5,399.53	27,018.00
	5,399.53	27,018.00

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Accionistas	7,099.03	-	-	-
Outras partes relacionadas	2,700.00	27,018.00	10,109.02	-
	9,799.03	27,018.00	10,109.02	-

	Empréstimos concedidos	
Accionistas	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
	600,000.00	-
	600,000.00	-

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 tem a seguinte composição:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Remuneração fixa	406,507.78	406,507.78
Remuneração variável	-	-
	406,507.78	406,507.78

Em 2021 e 2020, não foram concedidos empréstimos a Administradores da sociedade.

25 Cumprimento de disposições legais

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os contratos de suprimentos e operações financeiras celebrados com acionistas foram detalhados como se segue:

Operações Financeiras

Posição credora	01.janeiro.2021	Aumentos	Diminuições	31.dezembro.2021
MDS África SGPS	-	600,000.00	-	600,000.00
	-	600,000.00	-	600,000.00

Operações Financeiras

Posição credora	01.janeiro.2020	Aumentos	Diminuições	31.dezembro.2020
MDS África SGPS	615,000.00	-	(615,000.00)	-
	615,000.00	-	(615,000.00)	-

Norma regulamentar nº 13/2020-R, de 30 de dezembro, art.51º, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

a) Política contabilística para reconhecimento da remuneração

A Sociedade regista o rendimento quando os prémios dos negócios colocados nos Resseguradores são obtidos das Seguradoras, conforme indicado na Nota 3.8 – Rédito e Especialização dos exercícios

do presente anexo, geralmente no respetivo ano de incidência do risco. Todos os prémios dizem respeito a ramos não vida.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

O total das remunerações, é na totalidade em numerário e oriunda dos ramos não vida compondo-se da seguinte forma:

Por Tipo	2021	2020
Comissões de corretagem de resseguro	1,088,831.53	1,323,136.83
Serviços de consultoria	5,399.53	2,812.50
Total	**1,094,231.06**	**1,325,949.33**

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem

Ressegurador	Ramo Não Vida			
	2021		2020	
	Valor	%	Valor	%
HANNOVER	598,810.48	55.0%	141,459.40	10.7%
FIDELIDADE RESSEGURADOR	166,002.67	15.2%	3,739.98	0.3%
SWISS RE	125,352.73	11.5%	251,761.97	19.0%
TYSERS	106,155.55	9.7%	288,128.97	21.8%
BESSO INSURANCE GROUP LIMITED	33,300.00	3.1%	0.00	0.0%
LIBERTY SPECIALITY MARKETS	18,372.44	1.7%	5,406.30	0.4%
NACIONAL REASEGUROS	8,609.95	0.8%	13,193.85	1.0%
TOKIO MARINE HCC	4,500.00	0.4%	8,300.00	0.6%
RGA	4,380.51	0.4%	4,113.40	0.3%
MAPFRE RE	3,398.29	0.3%	1,624.70	0.1%
ED BROKING LLP	2,260.78	0.2%	6,978.53	0.5%
EVEREST RE	1,656.00	0.2%	0.00	0.0%
CANOPIUS EUROPE	8.10	0.0%	13.39	0.0%
TRIGLAVE RE	5.40	0.0%	8.79	0.0%
AXA XL (France)	3.01	0.0%	243.09	0.0%
CATLIN - AXA XL (France)	2.39	0.0%	0.00	0.0%
ANV BARCELONA	0.00	0.0%	350.00	0.0%
BEAZLEY INSURANCE SPAIN	0.00	0.0%	300.00	0.0%
IRB BRASIL	0.00	0.0%	3,711.57	0.3%
MDS RE	0.00	0.0%	1,227.70	0.1%
MILLER	0.00	0.0%	132,066.81	10.0%
MUNICH RE	0.00	0.0%	59,845.83	4.5%
QBE EUROPE	0.00	0.0%	319,922.32	24.2%
R+V VERSICHERUNG	0.00	0.0%	55,571.52	4.2%
SAFEONLINE	0.00	0.0%	3,303.75	0.2%
SCOR SPAIN	0.00	0.0%	4,102.11	0.3%
SCOR ZURICH	0.00	0.0%	17,765.26	1.3%
OUTROS	16,013.23	1.5%	-2.05	0.0%
Total	**1,088,831.53**	**100,0%**	**1 323 136,83**	**100,0%**

Notas:

(i) Relativamente aos valores das remunerações auferidas das entidades "Miller", "Tysers" e "Ed Broking LLP" esclarecemos que dizem respeito a entidades intermediárias que colocam no mercado de resseguros londrino os negócios junto de diversos resseguradores.

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira iguais ou superiores a 25%

	Remunerações %	
Por entidade (origem)	**2021**	**2020**
FIDELIDADE	46.3	0.3

e) Valores das contas "clientes"

	Valores das contas "clientes" €	
Contas "clientes"	**2021**	**2020**
Início exercício	3 242 538,03	902 085,54
Final do exercício	1 557 477,29	3 242 538,03
Volume movimento do exercício		
A débito	15 261 895,24	15 109 370,41
A crédito	16 946 955,98	12 768 917,92

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

	Saldo contabilístico existente no final de exercício			
Por entidade (origem)	**Contas a receber**		**Contas a pagar**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Empresas de seguros	939 720,12	798 154,34	707 121,61	13 118,06
Resseguradores	1 037 576,45	1 762 667,03	5 575 587,29	4 396 816,30
TOTAL	**1 977 296,57**	**2 560 821,37**	**6 282 708,90**	**4 409 934,36**

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Os saldos existentes entre a MDS Reinsurance Solutions e seguradoras e resseguradores são resultantes de diversos itens (prémios, comissões de resseguro, sinistros, reservas de prémios, reservas de sinistros, juros, impostos,) que são movimentados nas contas trimestrais que recebemos das Seguradoras e nas contas trimestrais por nós emitidas para os resseguradores. As remunerações são reconhecidas no momento em que são celebrados os contratos.

h) A Idade das contas a receber vencidas à data de relato, mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade, bem como os fatores que o mediador de seguros ou de resseguros considerou na determinação dessa imparidade

Não aplicável

i) Garantia Bancária

A sociedade dispõe de garantia bancária na Caixa Geral de Depósitos, SA para cobertura de responsabilidades até ao montante de 37.520 € (Mediação Seguros: 18.760€; Resseguro: 18.760€). Em 2019 a garantia bancária era no montante de 37.520 €.

j) **Transmissões de carteiras de seguros em que tenha participado durante o exercício, com indicação dos valores envolvidos**

Não aplicável

k) **Contratos cessados com empresas de seguros nos termos do artigo 55.º do regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros e indicação de eventuais indemnizações de clientela**

Não aplicável

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não aplicável

Prestação do serviço de mediação de resseguros

a) Valor total dos fundos que recebeu com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança

Durante o exercício de 2020, a Empresa não registou recebimentos de fundos com vista a serem transferidos para as empresas de resseguros para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança

b) Valor total dos fundos confiados pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não lhe hajam outorgado poderes de quitação das quantias recebidas

Não foram confiados pelos resseguradores, durante o ano 2020, fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias.

26 Eventos Subsequentes

Após 31 de Dezembro de 2021, e até à data, não se registaram quaisquer eventos ou circunstâncias que pudessem alterar ou pôr em risco a continuidade da atividade da MDS Reinsurance Solutions.

Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2021, os honorários do Revisor Oficial de Contas encontram-se descritos nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2021.

27 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2022. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Contabilista Certificado,

(Marta Isabel Passos Brás)

O Conselho de Administração,

(João Manuel Pontes Alvadia)

(José Diogo Carneiro de Araújo e Silva)

(Tiago Manuel da Costa Passos Mora)

(Renato Silvestre Capote da Silva)

(Fernando Emídio Teixeira de Oliveira Brito)

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 20161389
Bom Sucesso Trade Center
Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º
4150-146 Porto
Portugal

Tel: +(351) 225 439 200
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MDS – Reinsurance Solutions, Sociedade Corretora de Resseguros, S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 8.096.210,56 euros e um total de capital próprio de 1.684.452,92 euros, incluindo um resultado líquido de 307.968,90 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MDS – Reinsurance Solutions, Sociedade Corretora de Resseguros, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordocom as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

MAKING AN IMPACT THAT MATTERS since 1845

"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

bsi. ISO/IEC 27001 Information Security Management
IS 668746

© 2022. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamosos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 25 de maio de 2022

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Rita Cerqueira Cotta, ROC
Registo na OROC nº 1199
Registo na CMVM nº 20160810

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 20161389
Bom Sucesso Trade Center
Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º
4150-146 Porto
Portugal

Tel: +(351) 225 439 200
www.deloitte.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da
MDS – Reinsurance Solutions, Sociedade Corretora de Resseguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MDS – Reinsurance Solutions, Sociedade Corretora de Resseguros, S.A. (Empresa), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2021, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2021 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 25 de maio de 2022

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Rita Cerqueira Cotta, ROC
Registo na OROC nº 1199
Registo na CMVM nº 20160810

MAKING AN IMPACT THAT MATTERS since 1845

"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

bsi. ISO/IEC 27001 Information Security Management
IS 668746

© 2022. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.